

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIM-
PLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, PA-
RA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA T4F
ENTRETENIMENTO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **T4F ENTRETENIMENTO S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Es-
tado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, n.º 213, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º
02.860.694/0001-62, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NI-
RE nº 35.300.184.645, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

E, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão
dos titulares das debêntures da 1ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas"
e, individualmente, "Debenturista");

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**,
sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Ave-
nida das Américas, n.º 500, Bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o n.º
36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciá-
rio");

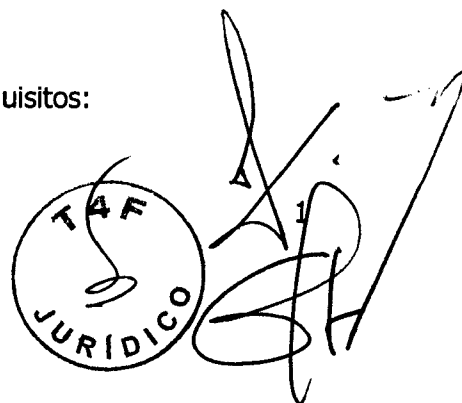
vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escri-
tura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia
Flutuante, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da T4F ENTRETENI-
MENTO S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será
regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia
Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 16 de março de 2010 ("AGE"), na qual foram de-
liberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de
dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). As garantias outorga-
das aos Debenturistas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Emissora, em reuni-
ão realizada em 16 de março de 2010 ("RCA").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

A circular stamp with the text "T4F" at the top and "JURIDICO" at the bottom. Overlaid on the stamp is a large, stylized handwritten signature in black ink.

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

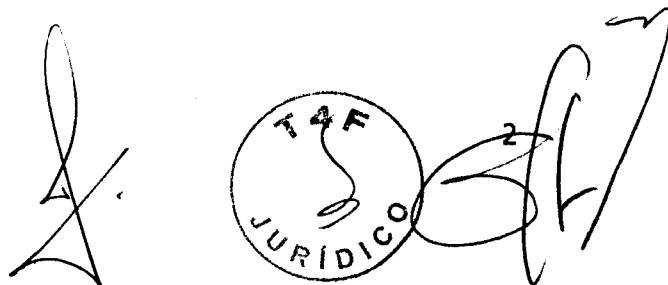
2.4. Registro das Garantias Reais Adicionais

Os contratos de garantia real adicional a que se refere o item 4.16 abaixo, por meio dos quais foram constituídas as Garantias Reais Adicionais (conforme abaixo definido), deverão ser registrados pela Emissora junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, indicados nos referidos contratos. Após o registro dos contratos de garantia real, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário uma via original de cada contrato, registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do registro.

A alienação fiduciária das ações de emissão da Emissora deverá ser averbada no livro de registro de ações da Emissora, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações. Após a averbação, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário uma cópia do livro de registro de ações da Emissora, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de averbação.

2.5. Registro para Colocação

2.5.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados



The image shows a handwritten signature on the left and a circular stamp on the right. The stamp contains the text "TAF" at the top and "JURÍDICO" at the bottom, with a stylized signature in the center. To the right of the stamp is another handwritten signature.

pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre os Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

2.6. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.6.1 A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 150 (cento e cinquenta) Debêntures (as "Debêntures").

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao pagamento do saldo devedor da cédula de crédito bancário de n.º 74954 ao amparo da Resolução CMN n.º 2.770, de 14 de maio de 2007, emitida em 14 de maio de 2007, em favor do Citibank N.A. – Filial Brasileira, inscrito no CNPJ sob o n.º 33.042.953/0001-71, com sede na Avenida Paulista n.º 1.111, loja 1-3, sobreloja, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com valor principal, na data de emissão, de US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$201.940.000,00 (duzentos e um milhões, novecentos e quarenta mil reais) de acordo com a taxa de conversão publicada pelo Banco Central do Brasil PTAX 800 Venda vigente na data de emissão da cédula, com juros de 6,95059% (seis vírgula nove cinco zero cinco nove por cento) ao ano, e vencimento em 14 de maio de 2012 ("CCB Citibank"). Após o pagamento do saldo de-

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "TAF" at the top and "JURÍDICO" at the bottom, with a stylized signature in the center. To the right of the stamp is another handwritten mark that appears to be the number "3" followed by a flourish.

vedor da CCB Citibank, o valor remanescente será utilizado para reforço do capital de giro da Emissora.

3.5. Limite da Emissão

3.5.1. Com base nas demonstrações financeiras da Emissora para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissão atende aos limites previstos no artigo 60, §1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações para as emissões de debêntures com garantia flutuante, uma vez que: (i) o valor contábil dos ativos totais da Emissora é de R\$ 378.875.000,00 (trezentos e setenta e oito milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais) ("Ativo Total"); (ii) em 31 de dezembro de 2009, o saldo dos empréstimos e financiamentos com garantias reais é de R\$ 145.259.376,47 (cento e quarenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos) ("Empréstimos e Financiamentos com Garantia Real"); e (iii) o Valor Total da Emissão é inferior a 70% (setenta por cento) do valor do Ativo Total reduzido do valor dos Empréstimos e Financiamentos com Garantia Real.

3.5.2. A tabela abaixo resume o cálculo descrito no item 3.5.1. acima:

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008	R\$ (mil) (exceto percentual)
Ativo Total (A)	378.875
Empréstimos e Financiamentos com Garantia Real (B)	145.259
(A) - (B) = (C)	233.616
Valor Limite para Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante 70%x (C)	163.531
Valor Total da Emissão (" <u>VTE</u> ")	150.000
(VTE/C) • 100 =	64,21%

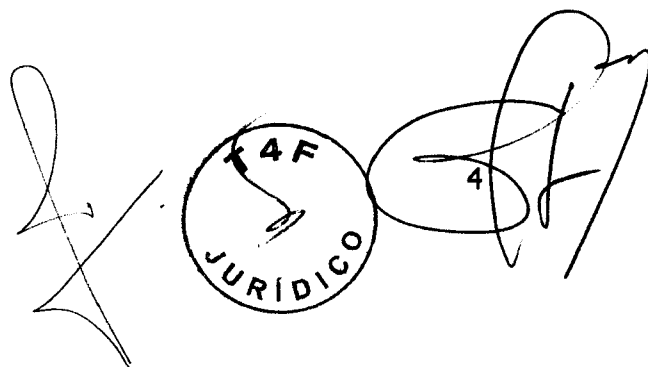
3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador").

3.8. Imunidade de Debenturistas



Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Oferta Restrita" e "Coordenador Líder", respectivamente), sob regime de garantia firme de colocação.

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

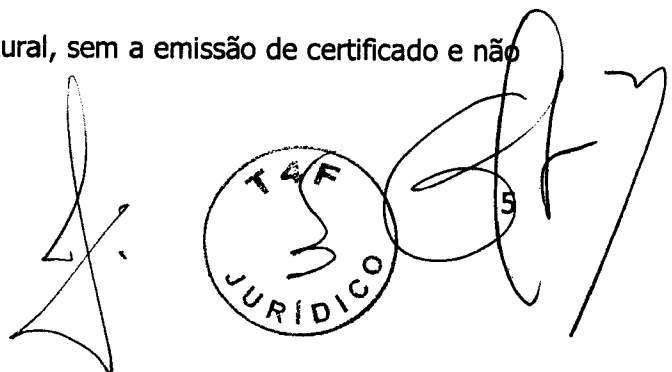
Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures ("Data de Emissão") será o dia 25 de março de 2010.

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificado e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "TAF" at the top and "JURÍDICO" at the bottom, with a stylized "3" in the center. The signature is a large, flowing cursive script.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Esriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as debêntures custodiadas no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

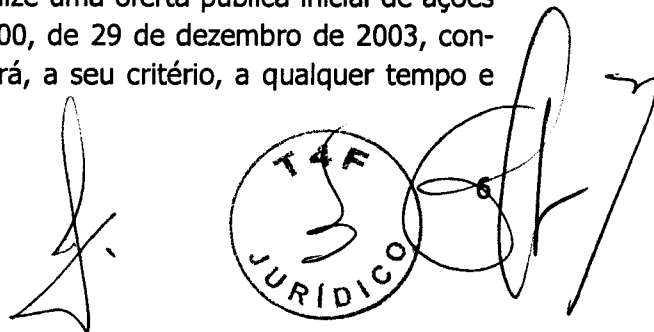
As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos e vencerão em 25 de março de 2015 (a "Data de Vencimento").

4.8. Amortização Periódica

4.8.1. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada em 8 (oito) parcelas semestrais, iguais e consecutivas ("Amortização Periódica"), da seguinte forma a partir do 18º (décimo oitavo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão: (i) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) em 25 de setembro de 2011; (ii) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) em 25 de março de 2012; (iii) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) em 25 de setembro de 2012; (iv) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) em 25 de março de 2013; (v) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) em 25 de setembro de 2013; (vi) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) em 25 de março de 2014; (vii) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) em 25 de setembro de 2014; e (viii) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) em 25 de março de 2015 (cada, uma "Data de Amortização Periódica").

4.9. Resgate Antecipado Total e Amortização Extraordinária Parcial

4.9.1. Observado o disposto abaixo, caso a Emissora realize uma oferta pública inicial de ações de emissão da Emissora, nos termos da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a Emissora poderá, a seu critério, a qualquer tempo e

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "T4F" at the top and "JURÍDICO" at the bottom. The signature is a stylized, cursive script.

mediante pagamento do prêmio abaixo indicado, resgatar antecipadamente a integralidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Total Com Prêmio").

4.9.1.1. Para fins do artigo 4.9.1. acima, o cálculo do prêmio incidirá sobre o saldo a ser amortizado, observado os seguintes percentuais:

Período do Resgate	Percentual do Prêmio (sobre o saldo a ser amortiza- do)
Entre a Data de Emissão e 25/09/2010, inclusive	0,80%
Entre 26/09/2010 e 25/03/2011, inclusive	0,60%
De 26/03/2011 a 25/09/2011, inclusive	0,40%

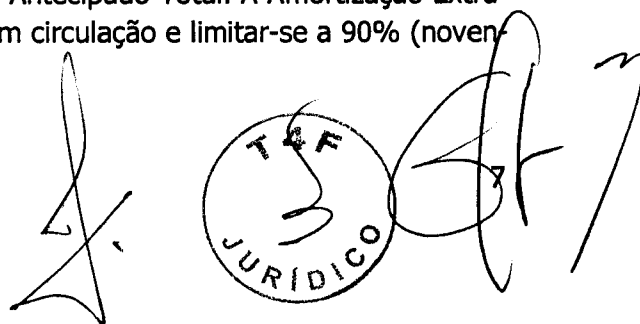
4.9.1.2. Adicionalmente, a Emissora poderá resgatar antecipadamente a integralidade das Debêntures, a seu exclusivo critério, sem pagamento de prêmio, desde que o faça em uma Data de Amortização Periódica ("Resgate Antecipado Total Sem Prêmio") e, em conjunto com o Resgate Antecipado Com Prêmio, "Resgate Antecipado Total").

4.9.2. A Emissora poderá realizar, somente em uma das Datas de Amortização Periódica, amortização extraordinária parcial das Debêntures, de forma proporcional entre todos os Debenturistas, observado o disposto abaixo ("Amortização Extraordinária Parcial").

4.9.3. A manifestação do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária Parcial deverá ser feita mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas a ser realizado no jornal Valor Econômico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de realização do evento.

4.9.4. Na comunicação aos Debenturistas, mencionada no item 4.9.3 acima, deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso, (i-i) o valor do Resgate Antecipado Total, inclusive o valor de eventual prêmio, ou da Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso, devido pela Emissora; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso.

4.9.5. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado Total, calculada nos termos do item 4.9 abaixo, (ii) de eventual prêmio de resgate, quando aplicável, e (iii) demais encargos devidos e não pagos até a data em que ocorrer o referido Resgate Antecipado Total. A Amortização Extraordinária Parcial deverá abranger todas as Debêntures em circulação e limitar-se a 90% (noven-

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "TFF" at the top and "JURÍDICO" at the bottom, with a stylized "3" in the center.

ta por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário. Caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP.

4.9.6. A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

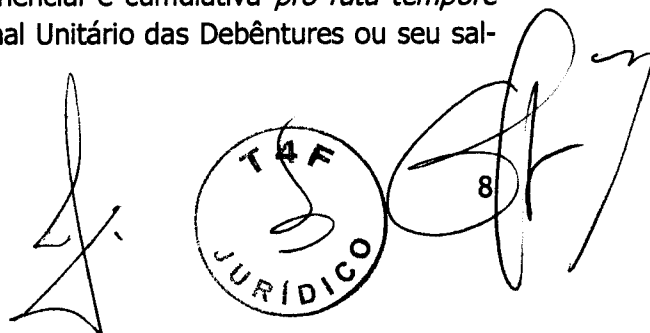
4.9.7. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Total deverão ser canceladas pela Emissora.

4.10. Remuneração

4.10.1. A remuneração das Debêntures será devida no último dia de cada Período de Capitalização previsto na tabela abaixo (cada, uma "Data de Pagamento de Remuneração") e contemplará juros remuneratórios, a partir da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Subscrição"), correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de uma sobretaxa ("Sobretaxa"), de acordo com a tabela abaixo, ao ano, base 252 dias úteis ("Remuneração").

Período da Capitalização		Sobretaxa (% a.a.)
Início (inclusive)	Término (exclusive)	
Data de Subscrição	25/06/2010	1,4700
25/06/2010	25/09/2010	1,4900
25/09/2010	25/12/2010	1,4900
25/12/2010	25/03/2011	1,5000
25/03/2011	25/06/2011	1,7400
25/06/2011	25/09/2011	1,7700
25/09/2011	25/03/2012	1,9500
25/03/2012	25/09/2012	1,9800
25/09/2012	25/03/2013	2,0600
25/03/2013	25/09/2013	2,0700
25/09/2013	25/03/2014	2,0800
25/03/2014	25/09/2014	2,0900
25/09/2014	25/03/2015	2,0900

4.10.1.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu sal-



do, desde a Data de Subscrição ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo.

4.10.1.2. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNe - Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures ou seu saldo, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorJuros - fator de juros compostos pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$, onde:

Fator DI - produtório das Taxas DI, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data do respectivo cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

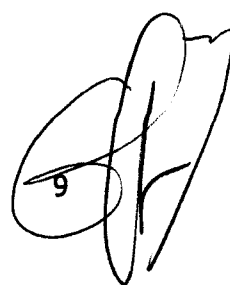
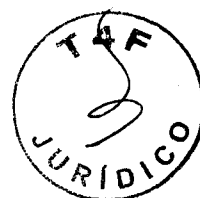
k = número de Taxas DI, variando de 1 até *n*.

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

TDI_k - Taxa DI de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:



$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread - sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread - Sobretaxa aplicável ao Período de Capitalização correspondente, de acordo com a tabela do item 4.10.1 acima, multiplicado por 100 e com quatro casas decimais.

DP - número de dias úteis entre a Data de Subscrição, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

(i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

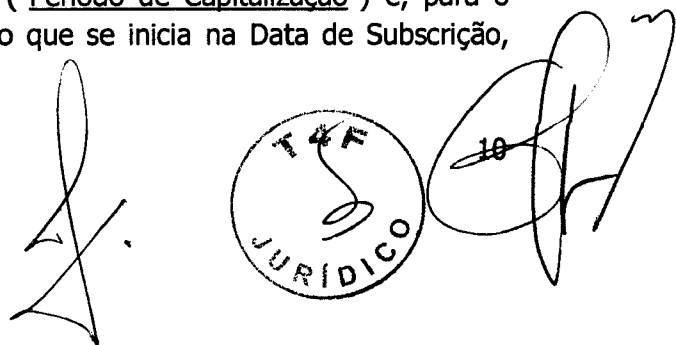
(ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

(iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.10.1.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição,

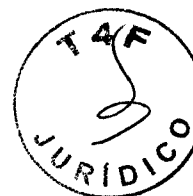


inclusive e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.10.1.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.10.1.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para apuração, e/ou divulgação, e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada dentro do prazo legal e cujo edital de convocação deverá ser encaminhado para publicação em até 2 (dois) dias úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando a maioria simples das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata tempore*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item (i) serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora (a) todos os Debenturistas receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodi-



cidade do pagamento da Remuneração será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, e apresentada à Emissora na referida Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá refletir os parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.10.1.6. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.10.1.5. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.10.1.6., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.10.1.7. De modo a viabilizar a alteração da Sobretaxa, nos termos do item 4.10.1. acima, a Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá encaminhar comunicação por escrito à CETIP solicitando tal alteração nos sistemas por ela mantidos e administrados, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à nova sobretaxa.

4.10.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração / amortização.

4.11. Repactuação

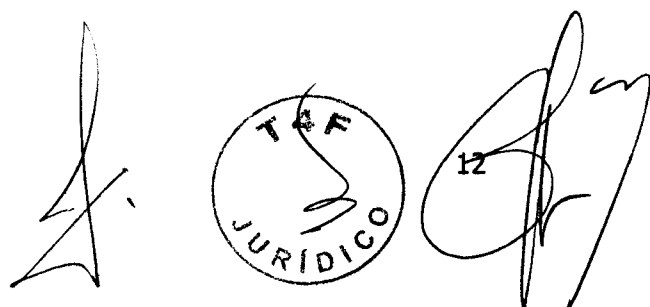
As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.12. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

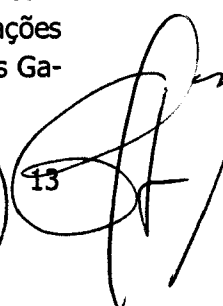
Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora das Debêntures, mediante notificação por escrito à Emissora, na ocorrência das seguintes hipóteses:

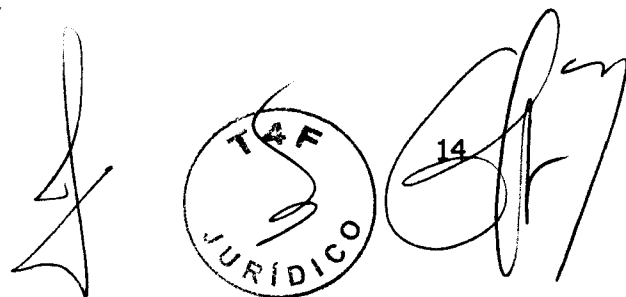
The image shows a handwritten signature on the left, a circular stamp in the center with the text "T&F JURÍDICO" and the number "12" in the middle, and another handwritten signature on the right.

- a) apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial, extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, decretação ou pedido de falência, requerido por terceiros, pela ou decretado contra a Emissora;
- b) não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de seu vencimento;
- c) não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, desde que não sanada no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- d) não cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Cirque Du Soleil ou Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões, ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado entre as partes e, no caso da Alienação Fiduciária de Ações, não cumprimento pela Companhia ou pelos garantidores, não sanado no prazo de 20 dias corridos, excetuadas as obrigações que prevejam prazo específico de cumprimento;
- e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado em montante igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), e que não seja sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua ocorrência, salvo se (a) tal protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem tomadas providências judiciais pela Emissora ou prestadas pela Emissora e aceitas pela autoridade judicial competente, garantias em juízo que suspendam ou extingam a exigibilidade dos títulos;
- f) vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora, envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), desde que tal inadimplemento não esteja sendo questionado de boa-fé pela Emissora, ou que não seja comprovado o cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- g) não cumprimento pela Emissora, no prazo estabelecido, de decisão condenatória arbitral definitiva, ou judicial transitada em julgado, individualmente ou em conjunto, resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Emissora de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- h) caso as Garantias Reais Adicionais sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, de forma que possa afetar o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, e desde que as Ga-



rantias Reais Adicionais não sejam substituídas pela Emissora de forma satisfatória aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para esse fim, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas;

- i) caso as garantias outorgadas pela Emissora para garantir as obrigações previstas nesta Escritura (x) não sejam devidamente constituídas, (y) sejam anuladas, ou (z) de qualquer outra forma, deixem de existir ou sejam rescindidas, exceto pela garantia de Alienação Fiduciária de Ações que poderá deixar de existir na forma prevista na cláusula 2.8 do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme abaixo definido, e desde que, no caso dos itens (y) e (z), as garantias não sejam substituídas pela Emissora de forma satisfatória aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para esse fim, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas;
- j) se houver a cisão, fusão, incorporação, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em perda do controle societário direto ou indireto da Emissora pelo Garantidor Fernando Alterio. O previsto nesta alínea não será aplicável nas seguintes hipóteses: (i) alienação das ações de emissão da Emissora entre os atuais acionistas da Emissora, respeitados os acordos de acionistas vigentes nesta data, (ii) alienação das ações de emissão da Emissora para terceiros, por meio de distribuição pública de ações, nos termos da Instrução CVM 400, a qual não poderá ser exclusivamente secundária, observado o disposto na cláusula 2.8 do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme abaixo definido, desde que tal alienação de ações não resulte em perda do controle societário direto ou indireto da Emissora pelo Garantidor Fernando Alterio; e (iii) alienação das ações de emissão da Emissora para terceiros, por meio de venda privada, desde que referida alienação não resulte em alteração do atual controle societário da Emissora e que os adquirentes das Ações Alienadas comprometam-se, previamente à implementação da Venda Privada, a alienar fiduciariamente aos Debenturistas as Ações Alienadas objeto da Venda Privada;
- k) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- m) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora vigente na data desta Escritura de Emissão que venha modificar as atividades preponderantes de promoção e produção de eventos culturais de qualquer natureza;

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text 'T&F' at the top and 'JURIDICO' at the bottom. To the right of the stamp, the number '14' is handwritten.

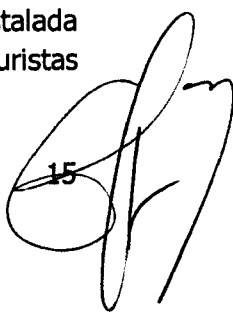


- n) realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Emissora esteja em mora com as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- o) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil");
- p) redução de capital social da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, e nos Contratos de Garantia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados; e
- q) inadimplemento pela Emissora da obrigação de aplicar os recursos obtidos com a presente Emissão no pagamento antecipado da CCB Citibank e/ou não pagamento pela Emissora da CCB Citibank no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da liberação dos recursos obtidos com a presente Emissão das Debêntures.

4.13.1.1. Os valores mencionados nas alíneas (e), (f) e (g) do item 4.13.1 acima serão reajustados, desde a Data de Emissão, pelo IGPM/FGV.

4.13.1.2. A referência a "controle" encontrada no item 4.13.1, "j" acima, deverá ser entendida como sendo o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora, nos termos previstos no artigo 116 da Lei 6.404/76. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante da Emissora.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (f), (i), (k) e (l) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação prévia à Emissora. Observados os prazos de cura previstos no item 4.13.1 acima, na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da data de convocação.

4.13.3. Na Assembleia de Debenturistas mencionada no item 4.13.2 acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas



poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.3.1 Independente do disposto no item 4.13.3 acima e sem prejuízo do item 10.1 abaixo, a não instalação das referidas Assembleias de Debenturistas por falta de quorum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo que esteja em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão ou da Data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração prevista no item 4.10 acima, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Garantias Reais Adicionais

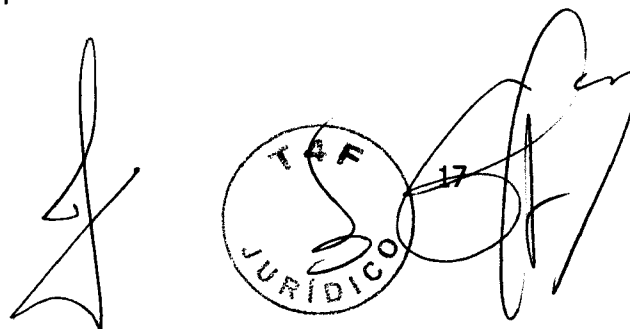
4.16.1. As obrigações da Emissora decorrentes da presente Escritura de Emissão serão garantidas adicionalmente por:

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the word "JURIDICO" at the bottom and the number "16" in the center. There is also a small mark that looks like "4F" at the top of the stamp.

- (i) alienação fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora nesta data, formalizada nesta data por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária"), celebrado entre os acionistas da Emissora, a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Alienação Fiduciária de Ações");
- (ii) cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade dos direitos de crédito decorrentes dos contratos de patrocínio em vigor nesta data ou a serem celebrados no futuro entre o Banco Bradesco S.A. e/ou qualquer empresa do conglomerado financeiro Bradesco ("Bradesco"), de um lado, e a Emissora de outro, relativos aos direitos de patrocínio de espetáculos circo-teatral itinerantes do Cirque du Soleil, formalizada nesta data por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Cirque Du Soleil Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária- Patrocínio"), celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Cirque Du Soleil"); e
- (iii) cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito das bandeiras Visa, American Express e Mastercard, formalizada nesta data por meio do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito (Cartão) Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária – Cartões"), celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões") e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Cirque Du Soleil, "Garantias Reais Adicionais". Quando o Contrato de Alienação Fiduciária, o Contrato de Cessão Fiduciária – Patrocínio e o Contrato de Cessão Fiduciária – Cartões forem mencionados em conjunto, serão denominados, "Contratos de Garantia".

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.



The image shows a handwritten signature on the left and a circular stamp on the right. The stamp contains the text "TAF" at the top and "JURÍDICO" at the bottom, with a stylized signature in the center. The number "17" is written next to the stamp.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação na mesma data de sua publicação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

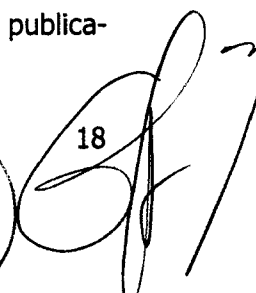
5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes cadastrados na CVM;
- (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, qualquer informação que, razoável e justificadamente, lhe venha a ser solicitada;
- (iii) quando solicitado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, confirmar ao Agente Fiduciário, por meio de declaração firmada por diretores autorizados a representar a Emissora, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima;
- (v) nos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480/09 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro dia útil após sua publica-

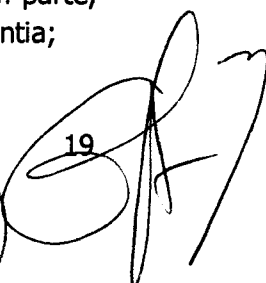


18

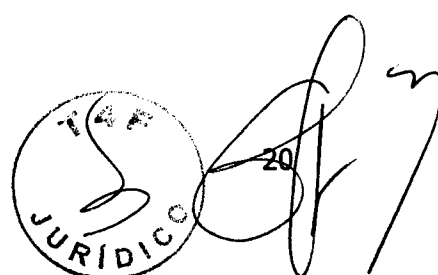


ção ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures;

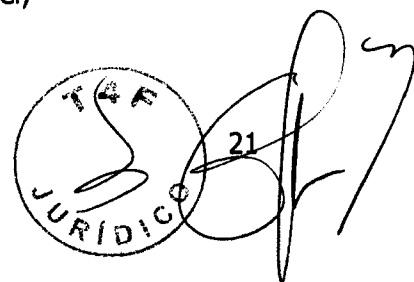
- (vi) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data do descumprimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia; e
 - (vii) no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis contados da Data de Emissão das Debêntures, comprovante de quitação da CCB Citibank.
- (b) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (c) atender de forma eficiente às solicitações dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário formuladas por escrito;
 - (d) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
 - (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (f) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (g) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
 - (h) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia;

A handwritten signature and the number "19" are visible next to the stamp.

- (i) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão e/ou com os Contratos de Garantia, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) cumprir, todas as leis, regras, regulamentos, inclusive ambientais, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) observar e cumprir integralmente todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (o) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas previa e expressamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, desde que a preços de mercado, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) arcar com todos os custos decorrentes (a) da Oferta Restrita e da Emissão, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de, mas não se limitando a, assessor legal da Oferta Restrita, Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Agente Escriturador



- (r) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (s) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (t) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas, e com as regras emitidas pela CVM;
- (u) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (v) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (w) a partir da Data de Emissão, divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (x) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (y) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (z) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, no que for aplicável;
- (aa) manter os documentos mencionados na alínea (w) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e
- (bb) não realizar distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio, redução de capital ou qualquer outra forma de pagamento aos acionistas na hipótese de estar inadimplente com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto o pagamento de dividendo mínimo obrigatório na forma prevista em lei;



- (cc) aplicar os recursos obtidos com a presente Emissão no pagamento da CCB Citibank, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Emissão das Debêntures e, após o pagamento do saldo devedor da CCB Citibank, utilizar o valor remanescente como reforço do capital de giro da Emissora;
- (dd) providenciar o pedido de registro da Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Cirque Du Soleil e da Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, bem como a averbação da Alienação Fiduciária de Ações no livro de registro de ações nominativas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de assinatura dos respectivos documentos;
- (ee) providenciar o pedido de registro da Alienação Fiduciária de Ações nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de sua assinatura; e
- (ff) providenciar o registro da Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Cirque Du Soleil e da Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura dos respectivos documentos.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (p) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos ou outro prazo estipulado pelo órgão público competente;
- (c) desde que prévia e expressamente aprovadas pela Emissora, as despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios colaboradores, para suas viagens e hospedagem;
- (d) desde que prévia e expressamente aprovadas pela Emissora, as despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias reais adicionais objeto dos item 4.16 acima, assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e



- (e) desde que prévia e expressamente aprovadas pela Emissora, as eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

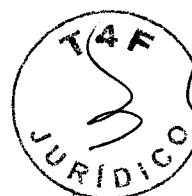
5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de escritório de primeira linha, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures, desde que tais despesas, custas e/ou qualquer outro encargo sejam comprovados e a preços de mercado. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, Oliveira Trust DTVM S.A., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) verificou, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das Garantias Reais descritas no item 4.16, bem como sua suficiência e exequibilidade; e
- (l) que os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições de seu Estatuto Social.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) devida a primeira 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;

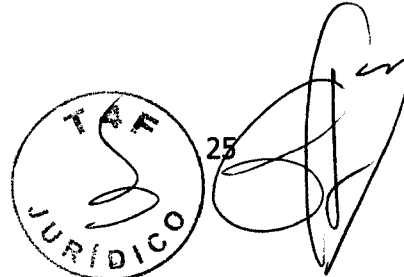


24

- (b) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Data de Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, as quais serão pagas até 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- (c) as parcelas citadas na alínea "a" e "b" supra, serão reajustadas pela variação acumulada Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela FGV, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculado *pro rata temporis*, se necessário.
- (d) os honorários acima serão acrescidos dos impostos a ele incidentes nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento, tais como: (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido); e (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).
- (e) a remuneração prevista na alínea "a" será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (f) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas são aquelas indicadas no item 5.2.1. acima.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;



- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP; (ii) dos Contratos de Garantia, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:



26



- a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - i. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CETIP; e
 - d. na sede do Coordenador Líder.



- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) verificar a regularidade da constituição das garantias reais a que se refere o item 4.16. desta Escritura de Emissão, bem como sua suficiência e sua exequibilidade;
- (s) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures
- (t) informar aos Debenturistas, assim que seja comunicado pela Emissora, a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora;
- (u) calcular, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos titulares das Debêntures e à Emissora, através do site www.oliveiratrust.com.br; e
- (v) acompanhar com o Banco Mandatário em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.



28



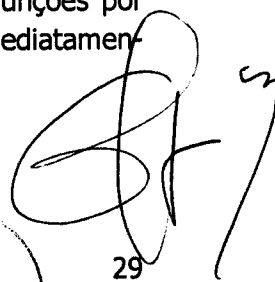
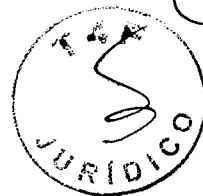
6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar as garantias reais descritas no item 4.16 acima, bem como quaisquer outras garantias constituídas, em favor dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora, somente na hipótese de não haver garantias reais;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.


29

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.12.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19 acima.

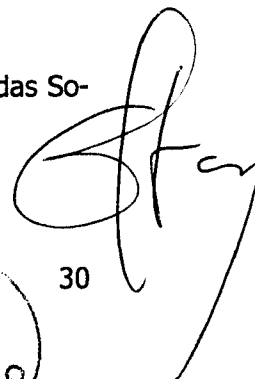
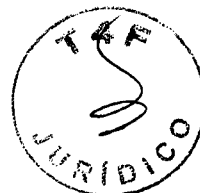
6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.



7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. A Emissora deverá ser comunicada de todas as convocações de Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como de sua ordem do dia, sendo facultada a presença dos seus representantes legais nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

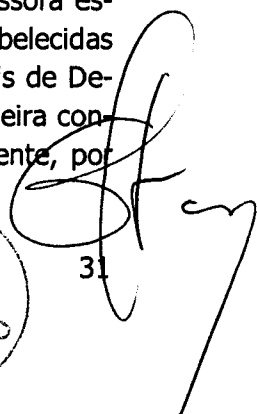
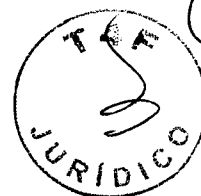
7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes à Assembleia Geral de Debenturistas.

7.11. As alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) a substituição ou o reforço da Garantia; ou (vi) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13 acima, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.12. As deliberações que digam respeito a: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriturador; (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta e (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por



31

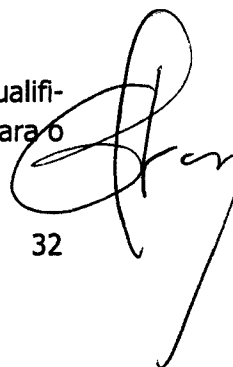
Debenturistas que representem pelo menos 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação.

7.13. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não tiver quorum específico, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

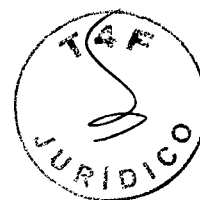
8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) exceto pela CCB Citibank, a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles previstos neste Escritura de Emissão, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o



cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição da Escritura na JUCESP, (ii) o registro das Debêntures na CETIP, e (iii) o registro dos Contratos de Garantia nos respectivos cartórios de títulos e documentos.

- (f) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas nesta data;
- (g) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2009, representarão corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e serão devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (i) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (m) está em situação regular perante toda a legislação trabalhista, tributária e ambiental, ressalvados e excetuados todos os casos que a Emissora esteja discutindo ou venha a discutir de boa-fé, administrativa e/ou judicialmente assuntos de natureza trabalhista, tributária e ambiental; e
- (n) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro)



33

de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. O cumprimento, pelas Partes, das obrigações assumidas na presente Escritura, na forma regulamentar vigente, está condicionado à celebração, pela Emissora e demais partes, do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão da T4F Entretenimento S.A. e dos Contratos de Garantia.

10.4. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.5. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

A handwritten signature and the number "35" written below it.

10.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 19 de março de 2010

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Nome: BERNARDO LUIZ ALTERIO
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: GRACE C. A. G. TOURINHO
Cargo: DIRETORA FINANCEIRA

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: Nina Bueno Lahóz Moya Blasquez da Fonte
Cargo: RG: 27.224.097-7
CPF: 305.540.188-37

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



meses contados da data do envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Rua Fidêncio Ramos, n.º 213, 6º andar

São Paulo – SP

At.: Grace C.de A.G.Tourinho – CFO e Fernando Luiz Alterio - CEO

Telefone: (11) 3576 1272

Fac-símile: (11) 3576 1206

Correio Eletrônico: gtourinho@t4f.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro – RJ

At.: Gustavo Dezouart T. Pinto

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar

Osasco – SP

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Telefone: (11) 3684-3749

Fac-símile: (11) 3684-2714

Correio Eletrônico: 4010.donizetti@bradesco.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através

